



EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: P.A. 1.17.000.000974/2015-25. CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal de Vitória-ES. OBJETO: Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, para a Sede da Procuradoria da República no Espírito Santo durante o exercício 2015 - FUNDAMENTO LEGAL: Caput do art. 25 da Lei 8.666/93 atualizada. Valor: R\$ 9.286,90 (Nove mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos). Ratificação: André Pimentel Filho, Procurador-chefe MPF/ES.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE GOIÁSEXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 15/2012

Contratante: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 26.989.715/0014-27. Contratada: ARCONTEC - TECNOLOGIA TÉRMICA LTDA, CNPJ nº 02.787.548/0001-59. Objeto: repactuação do preço mensal do Contrato nº 15/2012, referente à prestação de serviços técnicos de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma continuada e permanente do sistema de ar-condicionado central da Procuradoria da República no Estado de Goiás. Assinam: Djalma Leandro Júnior, Secretário Estadual da Contratante; Paulo César de Brito, representante da Contratada. Aprovação do Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, Alexandre Moreira Tavares dos Santos; Processo de referência nº 1.18.000.000161/2012-55. Data de assinatura: 16.04.2015.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO MATO GROSSO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso e o Centro Universitário Cândido Rondon - UNIRONDON. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complemento ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 16/03/2015. Gustavo Nogami - Procurador-Chefe da PR/MT e Rogério Boscoli da Silva - Diretor.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO MATO GROSSO DO SUL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃOAVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2015

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 09/04/2015 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância armada para a Procuradoria da República em Campo Grande e nos Municípios de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí/MS, conforme especificações e quantidades constantes do Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 22/04/2015 das 08h00 às 17h59. Endereço: Avenida Afonso Pena, 4.444 Vila Cidade - CAMPO GRANDE - MS. Entrega das Propostas: a partir de 22/04/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/05/2015, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

HEVERSON GOMES PEREIRA
Pregoeiro

(SIDEF - 20/04/2015) 200100-00001-2015NE000011

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a ASSOCIAÇÃO PROPAGADORA ESDEVA, mantenedora das Faculdades Padre Arnaldo Janssen - FAJANSSEN. Objeto: termo aditivo ao convênio celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, de um lado, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, representada pelo Exmº ADAILTON RAMOS DO NASCIMENTO, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais e de outro a ASSOCIAÇÃO PROPAGADORA ESDEVA, mantenedora das Faculdades Padre Arnaldo Janssen - FAJANSSEN, com sede na Praça João Pessoa, 200, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ sob o nº 21.562.368/0001-13, representada por seu Diretor Executivo MARCELO MORAES TAVARES, objetivando a concessão de estágio de ensino superior. Fica prorrogada a vigência por 03 anos do Convênio firmado entre as partes no dia 18/05/2012, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União nº 97 de 21/05/2012, Seção 3, página 172, passando a vigorar até 17/05/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032015042200090

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2015 - UASG 200053

Nº Processo: 12500000491201559. Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento de carimbo automáticos para atender as demandas da Procuradoria da República no Estado do Paraná. Total de Itens Licitados: 00010. Edital: 22/04/2015 de 08h00 às 12h00 e de 12h às 17h59. Endereço: Marechal Deodoro, 933 Centro - CURITIBA - PR. Entrega das Propostas: a partir de 22/04/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/05/2015 às 13h30 site www.comprasnet.gov.br.

JOSE AFONSO MEDEIROS
Pregoeiro

(SIDEF - 20/04/2015) 200100-00001-2015NE000083

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESPÉCIE: Inexigibilidade MPF/PRPE nº 010/2015. PROCEDIMENTO Nº: 1.26.000.0001093/2015-12. CONTRATANTE: União, por intermédio da Procuradoria da República em Pernambuco. CONTRATADA: EMPRESA EDITORA A TARDE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 15.111.297/0001-30. OBJETO: Renovação da assinatura anual do Jornal A Tarde para atender à Procuradoria da República em Petrolina, com edições diárias, e vigência de 01/05/2015 a 30/04/2016. VALOR TOTAL: R\$ 654,90. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. Ratificação da autoridade superior, em 17/04/2015, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93. Exmo. Sr. Procurador da República RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO, Chefe Administrativo da PR/PE.

ESPÉCIE: Inexigibilidade MPF/PRPE nº 009/2015. PROCEDIMENTO Nº: 1.26.000.001096/2015-56. CONTRATANTE: União, por intermédio da Procuradoria da República em Pernambuco. CONTRATADA: EDITORA JORNAL DO COMMERCEIO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.798.130/0001-75. OBJETO: Renovação das assinaturas do Jornal do Comercio destinadas às Procuradorias da República nos Municípios de Caruaru e Garanhuns, com edições diárias, e vigência de ambas, de 10/05/2015 a 09/05/2016. VALOR TOTAL: R\$ 1.300,00. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. Ratificação da autoridade superior, em 17/04/2014, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93. Exmo. Sr. Procurador da República RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO, Chefe Administrativo da PR/PE.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2015 - MPF/PRPE

A pregoeira da Procuradoria da República em Pernambuco (UASG: 200090) torna público aos interessados o resultado do Pregão Eletrônico MPF/PRPE nº 08/2015, cujo objeto é a aquisição de diversos materiais de consumo destinados ao acondicionamento para ressuprimento do almoxarifado das unidades de 1ª instância do Ministério Público Federal em Pernambuco. Foi vencedora a empresa ANREA C. SCHUCKES BOMM EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.593.690/0001-56, para o item 02 (Malote - R\$ 15,24), fazendo um total de R\$ 7.620,00 (sete mil, seiscentos e duzentos reais). O item 01 (caixa p/ arquivo) restou fracassado. A pregoeira adjudicou à referida empresa o item correspondente e a autoridade superior homologou o procedimento no dia 17/04/2015. A cópia da ata da sessão poderá ser obtida no site <http://www.comprasnet.gov.br>.

Recife-PE, 20 de abril de 2015.
SARA DANIELA SANTOS MAMEDÉ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Contrato nº 26/2014. PROCESSO Nº 1.27.000.000651/2015-95. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: VICENTE FERREIRA DA SILVA-ME. OBJETO: Prestação de serviço de reforma no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Floriano-PI (PRM/FLORIANO). VIGÊNCIA: 20/04/2015 a 19/05/2015. VALOR TOTAL: R\$ 111.089,04. MODALIDADE: Tomada de Preços nº 01/2014. PLANO INTERNO: 03122058137520001. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39. SUBITEM: 16 - Manutenção e conservação de bens imóveis. DATA DA ASSINATURA: 20/04/2015. SIGNATÁRIOS: Gládivan Pereira Monteiro, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e Vicente Ferreira da Silva, Representante Legal, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTEEXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 4/2015

Nº do Processo: 1.28.000.000447/2015-37. Contratante: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte (CNPJ Nº 26.989.715/0025-80). Contratada: LABOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP. (CNPJ Nº 13.312.604/0001-15). Objeto: reajustar o valor contratual, bem como prorrogar da vigência contratual pelo período de 30 (trinta) dias. Data de Assinatura: 17/04/2015. Vigência: 18/04/2015 a 17/05/2015. Amparo: Dispensa de Licitação nº 04/2015. Valor Contratual (Estimado Mensal): R\$ 10.874,27. Nota de Empenho: 2015NE000229. Elemento de Despesa: 339039. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Assinam: Rodrigo Akira Yamashita, Secretário Estadual Substituto, George Lucas Pessoa da Câmara, Gestor Contratual, e Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes, Procurador-Chefe, em ratificação, pela Contratante, e Jefferson Rodrigues Gomes, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE RONDÔNIA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

De acordo com o despacho de lavra do Secretário Estadual desta Procuradoria da República, exarado à fl. 30 do Processo Administrativo 1.31.000.000297/2015-76, em 25 de março de 2015, autoriza-se a contratação e ratifica-se a Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON, inscrita no CNPJ nº 05.914.650/0001-66, no valor estimado mensal de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), a teor do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93. Assina: João Gustavo de Almeida Seixas (Procurador-Chefe da PRRO)

Porto Velho, 31 de março de 2015.
JOÃO GUSTAVO DE ALMEIDA SEIXAS
Procurador-Chefe da PRRO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2015

CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. OBJETO: prestação de serviço de vigilância por monitoramento eletrônico com GPRS, durante 24 horas, todos os dias, para a segurança total das dependências da Sede da PRM de Itajaí/SC. Valor Mensal: R\$165,00 (cento e sessenta e cinco reais). Data e Assinatura: 16/04/2015, Maximiliano Eller, pela Contratante e Mariléia Benincá de Souza, pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOSEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 19/2015 - UASG 200200

Nº Processo: 2.00.005028201517. Objeto: Inscrição de nove servidores no curso Planejamento da Força de Trabalho, a realizar-se nos dias 23 e 24 de abril de 2015, em Brasília-DF. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II, c/c Art. 13, inciso VI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 17/04/2015. TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS, Diretora do Departamento de Administração. Ratificação em 17/04/2015. CLEVERSON LAUTERT CRUZ, Diretor-geral do Ministério Público do Trabalho Substituto. Valor Global: R\$ 19.296,00. CNPJ CONTRATADA: 07.774.090/0001-17 ESCOLA DE NEGOCIOS CONEXXOES - EDUCACAO EMPRESARIAL LTDA- ME.

(SIDEF - 20/04/2015) 200200-00001-2015NE000031

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato nº 71/2014. Processos: 2.00.000.019487/2014-05 e 2.00.000.010503/2015-77. Contratante: União, por intermédio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Geral. Contratada: SANTA HELENA SEGURANÇA TOTAL S.A. Objeto: RESCISÃO UNILATERAL do CONTRATO 71/2014, cujo objeto é a prestação de serviço de vigilância armada. Fundamento Legal: Art. 77, c/c com o inciso I do art. 78 e com o inciso I do art. 79, da Lei 8.666/93, assim como o disposto na Cláusula Vigésima do Termo de Contrato 71/2014, em razão do descumprimento das obrigações previstas na Cláusula Oitava, incisos LVIII e LXX, do referido instrumento. Data de Rescisão: 01/05/2015. Prazo para Recurso: Os legitimados, caso queiram, poderão exercer o direito previsto no art. 109, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.666/93. Os autos dos Processos encontram-se com vista franqueada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.